



Nota Informativa – Prova Escrita de Conhecimentos

Dia 08/04/2026 às 15:30H

– Escola Secundária Dr. Mário Sacramento –

Ref.º B - Assistente Operacional - área de Educação

Prova de Conhecimentos - assumirá a forma escrita, com consulta da legislação indicada, de natureza teórica, com a duração de 90 minutos, acrescidos de 30 minutos de tolerância, e visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo a classificação expressa de 0 a 20 valores, até às centésimas, e incidirá sobre as matérias e legislação necessária à sua preparação, a seguir discriminadas:

1 - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação em vigor, no que respeita a: Período experimental – secção II, capítulo II, título II - artigos 45.º e seguintes; Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público - secção I e II, capítulo I, título IV- artigos 70.º e seguintes; Atividade, local de trabalho e carreiras – secção II, capítulo II, título IV – artigos 79.º e seguintes e anexo do n.º 2 do art.º 88.º; Horário de Trabalho – secção III, capítulo IV, título IV – artigos 108.º e seguintes; Férias e faltas – secção II e III, capítulo V, título IV – artigos 126.º e seguintes;

2 - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação em vigor - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;

3 - Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro – Lei-quadro da Educação Pré-Escolar;

4 - Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho - Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento;

5 - Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto - Define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC);

6 - Portaria n.º 379/2025/1, de 6 de novembro – identifica as unidades orgânicas de educação e ensino da rede escolar de estabelecimentos públicos de ensino não superior do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, a funcionar no ano letivo de 2025/2026. (Pág. 32 a 42 – escolas distrito ou Pág. 35 e 36 – escolas município);

7 - Manual de Primeiros Socorros – Situações de Urgências nas Escolas, Jardins de Infância e Campos de Férias, disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Esaude/primeirosocorros.pdf>;

8 - Apoios e Complementos Educativos para o ano letivo de 2025/2026 - https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer_file/document/4985/ace_2025_2026.pdf.

9 - Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na redação em vigor - Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (artigos 15.º, 17.º, 73.º, 73.º A e 73.º B);

10 - Lei 79/2019 de 2 de setembro – Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública, alterando a Lei geral do Trabalho em Funções Públicas.